

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

- 1 -----SESSÃO ORDINÁRIA -----
2 -----REUNIÃO DO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2017 -----
3 -----ATA NÚMERO QUATRO / DOIS MIL E DEZASSETE -----
4 -----COMPOSIÇÃO DA MESA: -----
5 - **Presidente** – João Carlos Barreiras Duarte; -----
6 - **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; -----
7 - **Segundo Secretário** – Rui Leonel Abrantes Ferreira Cunha; -----
8 -----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores: -----
9 - João Carlos Barreiras Duarte; -----
10 - Joaquim Marcos Henriques; -----
11 - Ricardo Manuel Silva Fernandes; -----
12 - Luis Manuel Biscaia Almeida; -----
13 - Mário Rui Nascimento Nunes; -----
14 - Samuel Carvalho Gomes Monteiro Silva; -----
15 - Olga Maria Gomes Rainho; -----
16 - Francisco Henriques Ferreira; -----
17 - Luis Francisco Campos Silva; -----
18 - Dennis Pereira Gamelas; -----
19 - Maria Fernanda Faria Abreu Silva Mateus; -----
20 - Carlos João Fernandes Pereira da Fonseca; -----
21 - Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; -----
22 - Maria de Fátima Santos Figueiredo Viola; -----
23 - José Henrique Santos Silva; -----
24 - Vanda Ferreira Nunes Laura; -----
25 - Maria Helena Rebelo Santos; -----
26 - José Alberto Simões Rocha; -----
27 - José Vitor Ribeiro Silva; -----
28 - Rui Leonel Abrantes Ferreira Cunha; -----
29 - Presidente da União das Freguesias do Bombarral e Vale Covo António Feliciano
30 Júnior; -----
31 - Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal João Manuel Gomes Mendonça; --
32 - Presidente da Junta de Freguesia da Roliça Joana Isabel Henriques Caetano; -----
33 - Presidente da Junta de Freguesia do Pó Nuno Diogo Fernandes Bernardino; -----
34 -----Faltou a esta sessão o senhor: -----
35 - António Fernando Lopes; -----
36 -----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores: --
37 - O senhor Presidente da Câmara José Manuel Gonçalves Vieira; -----
38 - O senhor vice-presidente Nuno Manuel Mota Silva; -----
39 - A senhora vereadora Maria Norberta da Ponte Ferreira Santos; -----
40 - O senhor vereador Luis Alberto Camilo Duarte; -----
41 - O senhor vereador António Joaquim Correia Fialho Marcelino; -----
42 - A senhora vereadora Maria de Los Angeles Vinuesa Peña de Oliveira; -----
43 - A senhora vereadora Rosa Maria Bastos Gonçalves Guerra; -----

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

44 - Assistente Técnico Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. -----
45 - O chefe da divisão do potencial humano e administração geral Paulo António
46 Pardal Dias Jorge; -----
47 - o responsável pela unidade orgânica de gestão financeira João Filipe Batista
48 Cordeiro;- -----
49 -----Pelas 21:30 horas o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou
50 a sessão aberta. -----
51 -----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----
52 -----ATA 03/2017: Depois de lida e achada conforme foi deliberado por
53 unanimidade dos membros presentes na sessão respectiva aprovar a ata n.º
54 03/2017, da reunião de 30 de Junho de 2017.-----
55 -----O senhor José Rocha (PS) disse que: “Chegados à última sessão de AM
56 deste mandato, será oportuno fazer um balanço do que foram os últimos 4 anos,
57 que cada um reflita por si, uma reflexão para que os próximos Mandatários
58 possam beneficiar com esta, com o objetivo de se evoluir para uma maior cultura
59 democrática. Exigência democrática compreende que por parte do Executivo
60 desenvolva práticas que consubstanciem cultura democrática, por parte dos
61 Deputados desta Assembleia e Presidentes das Juntas de Freguesia, que cumpram
62 com a missão para que foram eleitos: ter uma real ação inspetiva e de fiscalização
63 para com o Executivo! As práticas deste Executivo, durante este mandato, são
64 reveladoras do défice de uma verdadeira cultura democrática, senão atente-se:
65 Fazer aprovar Orçamentos sem incorporar sugestões dos Vereadores, dos
66 Deputados desta Assembleia, sem a colaboração dos Presidentes das Juntas de
67 Freguesia, sem a consulta às Coletividades e Associações e sem a participação dos
68 Cidadãos do Concelho do Bombarral; Fazer investimentos de forma discricionária e,
69 por vezes sem fundos aprovados, tais como ocorreram recentemente com a Santa
70 no átrio da Igreja Matriz ou da estátua alusiva à Pera na rotunda da N361 próxima
71 do Continente; A falta de transparência corroborado pelos relatórios do Tribunal de
72 Contas e da Inspeção Geral de Finanças, coincidentes na afirmação que foram
73 assumidos compromissos sem a existência de fundos disponíveis, ainda a IGF é
74 clara afirmando haver a prática reiterada no empolamento de receitas,
75 consubstanciando a violação a regra do equilíbrio orçamental. Coincidentes ao
76 referirem para a inexistência de uma norma de controlo interno no plano da gestão e
77 prevenção de riscos de corrupção; Mesmo em aspetos de menor importância, como
78 seja a determinação da grelha de tempos para cada tema presente à reunião da
79 AM, em 4 anos sempre prevaleceu a vontade inicial, nem uma única vez, as
80 sugestões dos restantes partidos foram consideradas, pelo que o défice de cultura
81 democrática é notório! Ambiciono com esta intervenção que seja feita uma
82 introspeção e reflexão, por parte de todos os presentes, com o propósito que se
83 intensifique uma cultura de maior democracia. Desejo que o próximo Presidente da
84 Câmara Municipal do Bombarral, venha ele a ser o Sr. José Manuel Vieira, o Sr.
85 Luiz Montez, a Sra. Maria de Los Angeles ou, desejavelmente o Ricardo Fernandes,
86 aproveitem o que aqui expresse, para que se inverta esta prática de falta de cultura

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

87 democrática! Justo será incluir aqui um parêntesis, para afirmar que o desafio aos
88 candidatos Sr. Luiz Montez, Sra. Maria de Los Angeles e Sr. Ricardo Fernandes,
89 não podem ser vistos sob a mesma perspetiva negativa que incide sobre atual
90 Presidente de Câmara, se aos dois primeiros nada me leva a pensar que serão
91 semelhantes ao atual, já o candidato Ricardo Fernandes, pela maior intensidade da
92 relação com que privo com ele, por sermos colegas de bancada na AM, por ser
93 membro da comissão política do PS e apoiante dele enquanto candidato a
94 Presidente da Câmara Municipal do Bombarral, sei que é dotado de cultura
95 democrata! É exemplo disso o seu Programa que contempla iniciativas provenientes
96 de diversos espectros e a promessa do Orçamento Participativo. Srs. Deputados
97 desta AM, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, os atuais e aos
98 próximos, é minha, é vossa competência ter uma real ação inspetiva e fiscalizadora
99 do Executivo Camarário, sendo de acrescida responsabilidade para aqueles cuja
100 identidade política é a que sustenta o Executivo, e é por fazerem parte que têm
101 maior responsabilidade porque são cúmplices. Exijam serem ouvidos aquando da
102 elaboração do Orçamento Anual, incluam as sugestões e necessidades daqueles
103 que não estão no Executivo, sejam elas provenientes de outras forças políticas, das
104 coletividades, das associações, e dos cidadãos, e nunca por nunca, metam os
105 interesses partidários à frente dos interesses do Bombarral, não deem um voto às
106 “cegas”! Não sejam cúmplices quando o Executivo começa a deixar-se corromper
107 pela febre e vício do poder, o vosso voto de abstenção ou contra é a vossa última
108 arma, não tenham receio de a usar! Lembrem ao Executivo que o dinheiro do
109 Orçamento da Câmara não é dele pelo que não é para seu uso discricionário, o
110 dinheiro é do Município! Os investimentos têm de ser congruentes com uma
111 estratégia, justificados quanto à sua carência, ponderados numa ótica custo-
112 benefício, evitados os ajustes diretos, acompanhados por propostas de distintos
113 fornecedores e com respetivos mapas comparativos, os montantes fundamentados
114 através de cálculos orçamentais; não o fazer é desdém para com a AM, é défice de
115 cultura democrática! Fazer investimentos imobiliários ou em bens de equipamento
116 sem estratégia tem encargos futuros acrescidos e o desuso, consubstancia a perda
117 do seu valor, isto é despesismo, é negligência! Os recursos humanos da Autarquia
118 têm de ser valorizados, promovendo as suas competências através da formação
119 profissional, não o fazer é limitar a Autarquia, é desrespeitar os funcionários, é
120 indigno! É pois minha, nossa, vossa competência fomentar uma cultura democrática,
121 de que o Bombarral tanto carece! Queremos um concelho de futuro e com futuro. A
122 liderar novamente na região oeste, pelas boas práticas e pelas melhores opções.
123 Para isso o Bombarral precisa que se Faça, se Cumpra, se Realize. Viva o
124 Bombarral!” -----

125 -----A senhora D. Olga Rainho (CDS) disse que. “a minha intervenção nesta
126 assembleia vem no sentido em que não queríamos deixar de congratularmos (CDS-
127 PP) o trabalho desenvolvido neste mandato pelo executivo, pois no geral foi positivo,
128 tendo em conta a diminuição substancial da dívida, a recuperação da confiança dos
129 fornecedores, sem esta estabilidade financeira, não era possível. Primeiro poupa-se

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

130 depois investe-se por essa razão esta coligação está de parabéns. Hoje o município
131 tem a funcionar o gabinete de apoio ao agricultor, com o apoio da Leader Oeste e
132 do DLBC com sede no Bombarral, que responde a um conjunto de medidas de
133 investimento produtivo, este gabinete articula com o Município e o CLDS , que é
134 uma grande vantagem para os pequenos e jovens agricultores e para determinado
135 público alvo. Na protecção civil d há 4 anos para cá vimos aprovado pela primeira
136 vez neste concelho o plano de emergência municipal e o plano operacional
137 municipal, dos processos que deram entrada, a taxa de execução à data de hoje
138 situa-se acima dos 50%. Sobre a acção social destacamos uma maior proximidade
139 às famílias mais vulneráveis, que com o apoio de entidades extramunicipais se tem
140 feito reencaminhamentos para as comunidades terapêuticas. E muito mais há a
141 salientar, mas como o tempo é curto e não querendo me alongar mais não
142 queremos deixar este mandato sem salientar alguns dos pontos positivos deste
143 executivo e que continuem a trabalhar e dar continuidade a todos estes projectos
144 iniciados para o Bombarral e em prol do Bombarral. Parabéns à coligação.” -----

145 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) disse que se fez um investimento para
146 adquirir as antigas instalações do IVV sem se saber o que se quer. Passado um ano
147 não há projecto nem ideias temendo que seja mais um elefante branco do executivo
148 PSD. Nestes quatro anos houve coisas bem feitas e muita coisa mal feita. Para
149 saberem o estado do Bombarral basta irem para a rua falar com os bombarralenses

150 -----O senhor José Victor Silva (PS) disse que uma das grandes mensagens
151 que o PSD tem transmitido é que houve um abaixamento de impostos nos últimos
152 anos mas consultando o anuário financeiro dos técnicos oficiais de contas de 2009 a
153 2016 o imposto per capita cobrado no Bombarral aumentou 51%. Lembrou que esta
154 Assembleia municipal aprovou o ano passado a devolução de 3,5% aos
155 contribuintes bombarralenses e em sede de derrama a isenção às empresas com
156 facturação inferior a € 150.000. Consultado o portal das finanças verifica-se que
157 para os rendimentos de 2017 não se encontra o Bombarral na devolução de IRS
158 pelo que a deliberação não foi comunicada à autoridade tributária e em sede de
159 derrama verifica-se o mesmo, pelo que nenhuma empresa do Bombarral vai pagar
160 Derrama o que é sinal de incompetência porque se delibera mas depois não se
161 comunica à Autoridade Tributária. -----

162 -----O senhor Presidente da Câmara disse que a campanha eleitoral foi aberta
163 pelo senhor José Rocha que disse que o principal partido da oposição vê o copo
164 meio vazio quando ele sesta meio cheio. Conhecem o caminho percorrido mas não
165 lhes dá jeito reconhecer que atingiram os objectivos pretendidos. O investimento foi
166 grande mas será melhor no futuro. Pagaram sete milhões de euros de dívida
167 atrasada para terem estabilidade financeira que não existia há muito. Atingiram a
168 sustentabilidade financeira quando o peso da dívida era constrangedor e por isso
169 baixaram-no significativamente. Honraram os compromissos da Câmara Municipal
170 sem pôr em causa a concretização de investimentos num valor superior a 8 milhões
171 de euros e temos os impostos mais baixos da região. A construção do canil é uma
172 realidade que vai entrar em fase de concurso, assim como a requalificação do

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

173 mercado municipal, a loja do cidadão, a adaptação das antigas instalações do IVV,
174 que são exemplo do que lançarão logo no início do próximo mandato. Para além de
175 terem realizado obra têm motivo para se orgulhar com a recuperação do tribunal e
176 com a instalação da sede dos julgados de paz. Na saúde adquiriram uma viatura
177 móvel para apoio á população. Na acção social com uma excelente vereadora
178 garantiram apoios sociais com uma comparticipação de meio milhão de euros e
179 conseguiram o centro pós colheita e tecnologia da pêra rocha. Referiu que um
180 senhor ministro apareceu num jornal de campanha como apoiante de uma
181 candidatura contrariando as leis eleitorais, mas não fizeram como o PS que
182 apresentou várias queixas à Comissão Nacional de Eleições. Agradeceu as palavras
183 da D. Olga Rainho. Têm um vasto conjunto de investimentos públicos previstos que
184 a par de impostos acessíveis vai abrir a porta do Bombarral para todos. O senhor
185 Samuel Carvalho falou em elefante branco lembrando-o de episódios que se estão a
186 passar na Coreia do Norte. A adaptação do IVV já foi sobejamente divulgada.-----

187 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) disse que quando o senhor Presidente
188 da Câmara acabar o comício avise porque ele está numa sessão da Assembleia
189 Municipal e não num comício do PSD. Não percebeu a alusão ao elefante branco e
190 à Coreia do Norte e o senhor Presidente da Câmara não respondeu à questão do
191 IVV. -----

192 -----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) disse achar fundamental a redução
193 da dívida que é o alicerce do que podem fazer no futuro. Os investimentos no
194 concelho têm sido feitos e isso nota-se e gera receitas para o Municipio e para o
195 comércio local. A Câmara Municipal pagava a prazos inacreditáveis e neste
196 momento está a fazê-lo a curtíssimo prazo o que é necessário para haver
197 credibilidade. Neste momento o estado central deve mais de mil milhões de euros
198 aos fornecedores. Congratulou-se com a homenagem aos produtores de vinho e
199 pêra rocha que investem neste concelho que continua a ser predominantemente
200 agrícola. Lamentou que pela primeira vez desde a adesão de Portugal à União
201 Europeia projectos com viabilidade económica não estejam a ser financiados por
202 falta de verba por parte do governo. Após um período tremendo de adaptação e de
203 falência do governo, a verdade é que em 2016, com verbas amealhadas
204 anteriormente se pagou, em 2017 não se sabe quando vão ser feitos os
205 pagamentos. Os investimentos muitas vezes parecem ser elefantes brancos em
206 determinado momento para depois se transformarem em motores de
207 desenvolvimento lembrando o caso de Sines. -----

208 -----O senhor Luis Campos (PSD) disse que quem fez um princípio de comício
209 foi o PS na sua primeira intervenção. Recordou que a grelha de tempos foi acordada
210 por todos inclusive por um elemento independente. Quanto à cultura democrática
211 referiu que o senhor Presidente da Assembleia Municipal mesmo contra o seu
212 partido tem aberto excepções dando um exemplo de democraticidade prejudicando
213 a própria bancada do PSD. Basta ir à rua e falar com as pessoas para saberem o
214 que elas pensam e o descontentamento não é assim tão grande. O senhor Ministro
215 da Economia alertou o PS quanto ao investimento público. O crescimento do

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

216 Bombarral não pode ser feito através de investimento público porque isso cria
217 endividamento e isso é um erro grave dos governos PS incluindo nas Câmaras
218 Municipais. -----

219 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) disse que não podia estar mais de
220 acordo com o senhor Luis Campos sobre o investimento privado e é por isso que se
221 recordam muito bem da questão do parque temático e ultimamente da questão do
222 Trigo D'Aldeia, mas a percentagem oficial de criação de novas empresas a 0,01%. A
223 dívida parece ter sido contraída por outros partidos mas foi contraída pelo PSD. Os
224 impostos são de facto os mais altos mas o que o preocupa é a questão da não
225 comunicação à autoridade tributária. O governo está a produzir um bom trabalho
226 com um deficit de 2% ao ano, reposição de pensões e alargamento dos escalões de
227 IRS. -----

228 -----O senhor Joaquim Marcos Henriques (PSD) disse que não podem estar
229 mais de acordo no que o senhor Ricardo Fernandes disse quanto á dívida. Foi o
230 PSD quem contraiu a dívida mas foi também o PSD quem a pagou, ao contrário dos
231 governos que fazem dívida para depois os portugueses pagarem. Também é
232 verdade que em termos camarários gostava que tivesse sido referido que há 4 anos
233 o PS os criticou por não fazerem obra o que tinha a ver com a situação hostil que
234 tiveram. Quando apresentam obra são acusados de eleitoralismo. É verdade que a
235 nível nacional está a ser feito um trabalho de cosmética política mas por exemplo no
236 rubídio de alimentação do pequeno aumento vai-se pagar IRS, Segurança Social e
237 nalguns casos fazer aumentar o escalão do IRS. -----

238 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) considerou que mesmo com dívida é
239 possível fazer obra citando como exemplo a Câmara Municipal da Nazaré. Em
240 relação ao pequeno aumento do subsídio de refeição tema ver com a alteração dos
241 escalões do IRS. -----

242 -----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) lembrou que o maior abaixamento
243 dos coeficientes foi feito pela coligação PSD – CDS. A questão das novas empresas
244 é importante para a renovação do tecido empresarial mas não se podem esquecer
245 das empresas estabelecidas até porque o nível de sucesso das novas empresas é
246 muito baixo. -----

247 -----O senhor José Rocha (PS) disse que aquilo a que apelou foi a que os
248 membros da Assembleia Municipal não votem às cegas. Quanto à grelha de tempos
249 o que disse é que sempre que é submetida uma grelha de tempos nunca aceitam
250 fazer alterações. -----

251 -----O senhor Luis Biscaia (PSD) disse que a Nazaré fez o que fez graças ao
252 FAME e ao PAEL e nós estamos a pagar. Lembrou que passámos de um prazo de
253 391 para pagar aos fornecedores para apenas 19 dias e isto é importante para a
254 imagem da Câmara Municipal. A estabilidade criada é um ponto fulcral para o
255 concelho e para agora termos condições de fazer mais. -----

256 -----O senhor Luis Campos (PSD) disse que no início do mandato foi feito um
257 acordo para a grelha de tempos e tanto quanto sabe nunca chegou nenhum pedido

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

258 de alteração da grelha de tempos. O que o senhor José Rocha fez foi um apelo ao
259 voto no candidato Ricardo Fernandes. -----q
260 -----O senhor Presidente da Câmara lembrou que também o Ministro da
261 Agricultura apoiou uma candidatura no Bombarral. Estão em condições de
262 apresentar propostas para o antigo espaço do IVV que é a área de actividades
263 económicas, citando exemplos de projectos com candidaturas em marcha. -----
264 -----**PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E**
265 **GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2017:** Foi deliberado por unanimidade e em
266 minuta aprovar a proposta de modificação orçamental ao orçamento e grandes
267 opções do plano de 2017.-----
268 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) questionou qual a idade do transporte
269 adquirido. -----
270 -----O senhor Presidente da Câmara disse que é de 2009. -----
271 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) questionou porque motivo se fez esta
272 compra e para que serve a carrinha e como vai ser usada. -----
273 -----O senhor vice-presidente da Câmara disse que a viatura tem 39.000 km,
274 revisões feitas na marca e encontra-se num estado impecável. A paróquia pretende
275 vendê-la porque não necessita da mesma e as viaturas municipais têm muitos
276 quilómetros e já não podem transportar crianças. -----
277 -----**PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL AO**
278 **ABRIGO DO DECRETO-LEI 165/2014, DE 05/11 – PRORROGADO PELA LEI N.º**
279 **21/2016 DE 19/07 – CRISTINA SOFIA J.C. HENRIQUES CAVALHEIRO:** O
280 DECRETO-LEI n.º165/2014, de 05-11, e Lei nº 21/2016 de 3 19/07, alterado pela Lei
281 nº21/2016 de 19/07, vem estabelecer um regime extraordinário de regularização de
282 estabelecimentos e explorações que dispendo de título válido de exploração ou de
283 exercício, estejam impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação,
284 também por força de condicionantes atinentes ao ordenamento do território
285 supervenientes à sua instalação. À data da entrada em vigor do presente
286 DECRETO-LEI não disponham de título válido de instalação ou de título de
287 exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade
288 com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com
289 servidões administrativas e restrições de utilidade pública. As alíneas a) a d) do n.º 3
290 do art.º 1.º do D.L nº165/2017 de 05/11, e o artigo 3º da Lei nº 21/2016 de 19/07,
291 estabelecem as actividades económicas a que este diploma se aplica. Estabelece
292 ainda, que o pedido de regularização das actividades económicas é instruído de entre
293 outros, com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público
294 municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitido pela
295 assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. O pedido apresentado por
296 Cristina Sofia J.C. Henriques Cavalheiro, contribuinte n.º 196226988, cartão de
297 cidadão nº09722984, com morada em Rua de Cima, n.º 26, Casal da Salgueirinha,
298 freguesia de Carvalhal, concelho de Bombarral com endereço de email:
299 cristinacavalheiro@licobidos.com. **ATIVIDADE EXERCIDA** – com os CAES 47112
300 / 47810 / 10822 / 56107, dedica - se à atividade à exploração e produção de ginja,

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

301 que depois afeta à produção de licor, comercializando o licor já elaborado,
302 nomeadamente, em feiras temáticas e outras atividades de promoção, de norte a sul
303 do país, contando com o apoio de colaboradores para diversas atividades afetas a
304 essa atividade, tendo atingido um volume de negócios em 2015 de cerca de €
305 21.000,00 na atividade agrícola e cerca de € 70 000,00 na atividade divulgadora dos
306 produtos da região. A instalação dos armazéns nesta localização, deveu-se ao facto
307 de existir nesta propriedade um primeiro armazém, regularizado, que foi utilizado
308 para os fins agrícolas iniciais. Contudo, com o crescimento da exploração agrícola
309 familiar, a necessidade de mais espaço, aliando à necessidade de centralizar a
310 atividade agrícola, levou à construção dos armazéns a regularizar. Estes foram
311 construídos de forma a dar resposta à produção atual, tendo já margem de
312 acolhimento, uma vez que as ginjeiras se encontram em processo de crescimento,
313 estimando o ora requerente que a capacidade de produção do fruto no Salgueiro
314 crescerá exponencialmente nos próximos anos. A requerente tem em curso, em
315 parceria com a sua empresa, um plano de desenvolvimento do enoturismo às suas
316 explorações agrícolas, unidades de produção, transformação e armazenamento das
317 máquinas agrícolas e dos licores, razão pela qual considera imperial, do ponto de
318 vista estratégico, incluir o Bombarral nesta rota que vai de Óbidos ao Cadaval.
319 Quanto à produção vinícola, toda a produção é entregue na Adega Cooperativa da
320 Vermelha, para produção de vinho da região. A maior parte da vinha foi replantada,
321 sendo que no ano passado a produção foi de cerca de 50t, esperando-se atingir o
322 valor de 200t em cerca de 2 anos. O requerente é proprietário de no concelho do
323 Bombarral da Exploração Agrícola da Matinha, no Salgueiro, composta por 3ha de
324 plantação de ginjeiras novas. Na freguesia da Vermelha - Exploração Agrícola Mata
325 da Beira, encontram-se em exploração 9ha de ginjeiras e em A-dos-Ruivos –
326 Exploração Agrícola Porto das Peles, 6.5ha do mesmo fruto e 5.5ha de vinha. O
327 prédio com a área de 34000m², encontra-se classificado no Plano Diretor Municipal
328 do Bombarral classificado como área agroflorestal e REN – Reserva Ecológica
329 Nacional, as construções a regularizar implantam-se em espaço Agro - Florestal A
330 faturação associada às atividades nos últimos anos: 2013 – 21323.08€; 2014 –
331 22140.30€; 2015 – 9917.75€; 2016 – 15878.01€. **CAPACIDADE NOMINAL** -
332 Atualmente as explorações agrícolas contabilizam dois postos de trabalho efetivos e
333 mão-de-obra pontual na época de apanha. **PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO** - A
334 plantação de um ginjal não se coaduna com a deslocalização da empresa, dada a
335 natureza do investimento, sendo que a centralização das construções é necessária
336 ao funcionamento correto e eficaz do conjunto. Como acontece com a maioria das
337 empresas, a génese familiar levou à construção consecutiva de armazéns, de
338 acordo com a necessidade e o aumento de produção. A integração de uma área de
339 construção desta grandeza numa zona urbana é pouco justificável com as tipologias
340 habitacionais existentes. Por outro lado, o PDM em vigor limita muito as
341 possibilidades de construção em zonas rurais, onde faz mais sentido existir o apoio
342 à exploração agrícola. Neste momento o valor de reconstrução das edificações será
343 superior a 500.000euros, sendo que a dificuldade de encontrar uma propriedade que

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

344 reúna as condições de construção necessárias, dentro de um limite geográfico das
345 explorações é muita. Para além da necessidade de construção adicional de uma
346 casa de guarda/caseiro, e respetivo posto de trabalho, tarefa essa desempenhada
347 atualmente pelos proprietários. As construções a regularizar encontram-se afetas à
348 exploração agrícola, com áreas sociais e administrativas, áreas de arrecadação de
349 material e alfaías agrícolas, área de recolha de fruta, área para fitofarmacêuticos,
350 etc. A localização dos apoios agrícolas integrados na exploração agrícola reduz os
351 riscos de acidentes viários, com a redução de máquinas e alfaías agrícolas a circular
352 nas vias públicas (a velocidades sempre inferior à de veículos ligeiros e em épocas
353 de chuva largando lama nas vias). Em termos de ambiente, a pegada ecológica é
354 reduzida pela redução de circulação e transporte da matéria prima. É solicitado o
355 enquadramento Decreto-Lei 165/2014 de 5 de Novembro, que estabelece um
356 regime extraordinário de regularização de estabelecimentos de e explorações
357 existentes, para o qual, na parte respeitante à desconformidade de localização com
358 os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão
359 administrativa ou restrição de utilidade pública, é elemento instrutório procedimental
360 essencial, a deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público
361 municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela
362 assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. Assim, para o fim previsto
363 na alínea a) do artigo 5.º do Decreto Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, foi
364 deliberado por unanimidade e em minuta com os fundamentos propostos constantes
365 no processo, reconhecer o interesse público municipal na regularização do
366 estabelecimento. -----

367 -----**PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL AO**
368 **ABRIGO DO DECRETO-LEI 165/2014, DE 05/11 – PRORROGADO PELA LEI N.º**
369 **21/2016 DE 19/07 – VIVEIROS VITIOESTE DE HORTO POENSE, SOCIEDADE**
370 **AGRÍCOLA, S.A.:** O DECRETO-LEI n.º165/2014, de 05-11, alterado pela Lei
371 n.º21/2016 de 19/07, vem estabelecer um regime extraordinário de regularização de
372 estabelecimentos e explorações que: Dispondo de título válido de exploração ou de
373 exercício, estejam impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação,
374 também por força de condicionantes atinentes ao ordenamento do território
375 supervenientes à sua instalação; À data da entrada em vigor do presente Decreto
376 Lei não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de
377 exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os
378 instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões
379 administrativas e restrições de utilidade pública. As alíneas a) a d) do n.º 3 do art.º
380 1.º do D.L n.º165/2017 de 05/11, e o artigo 3º da Lei nº 21/2016 de 19/07,
381 estabelecem as atividades económicas a que este diploma se aplica. Estabelece
382 ainda, que o pedido de regularização das atividades económicas é instruído de entre
383 outros, com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público
384 municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitido pela
385 assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. O pedido em nome de
386 Viveiros Vitioeste de Horto Poense, Sociedade Agrícola, S. A., contribuinte n.º

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

387 501 553 045, com sede em Rua José Maria do Rosário Guilherme, n.º 28, freguesia
388 do Pó, concelho de Bombarral, endereço de email: info@viveirosvitoeste.com. **A**
389 **ATIVIDADE EXERCIDA** – A requerente é proprietária do prédio inscrito na matriz da
390 freguesia da Roliça sob os n.ºs 300 e 301 Secção D, descrito na Conservatória do
391 Registo Predial do Bombarral sob o n.º 629, com uma área total de 15.538 m² com o
392 CAE 01300 (cultura de materiais de propagação vegetariana). A empresa foi
393 constituída em 1985, dedica-se principalmente à produção e comercialização de
394 enxertos prontos de videira, mantendo relações comerciais estreitas com diversas
395 unidades do concelho do Bombarral, que atuam em diferentes setores económicos.
396 Ao nível da atividade da empresa, são estabelecidas parcerias com outros
397 viveiristas que produzem em exclusividade para a Vitioeste, sendo também estes
398 geradores de emprego. A evolução do volume de negócios da empresa registou um
399 acréscimo de 43% em 2015 (VN 3.049.869,12 €) e de 24% em 2016 (VN
400 3.770.566,74 €), detendo uma quota de mercado de 20%, aproximadamente, sendo,
401 neste momento, a maior empresa portuguesa a laborar nesta atividade, com um
402 volume de comercialização na ordem de 5 milhões de plantas. **CAPACIDADE**
403 **NOMINAL** - A empresa mantém efetivos 34 trabalhadores, e contratando,
404 sazonalmente, durante aproximadamente seis meses (de novembro a maio), cerca
405 de 22 pessoas, para fazer face ao aumento da atividade operacional da empresa –
406 arranque dos viveiros, preparação de matérias-primas e enxertia. De salientar que
407 mais de 60% dos funcionários são também residentes no concelho do Bombarral,
408 auferindo uma remuneração base média de 700,00 €. O prédio com a área total de
409 15.538m² encontra-se classificado na Plano Diretor Municipal como Espaço
410 Urbanizável de nível 2 e RAN - Reserva Agrícola Nacional com sobreposição parcial
411 de REN - Reserva Ecológica Nacional. As construções a regularizar encontram-se
412 implantadas nas três classes de espaço, com principal incidência sobre os solos de
413 RAN e REN. No referido prédio encontram-se implantados uma moradia e um
414 armazém, dotado de três câmaras frigoríficas, com uma área de implantação de
415 581,20 m² e 1.240 m², respetivamente. A deslocalização das atividades industriais
416 da empresa implicaria um investimento demasiado avultado tendo em conta a
417 dimensão atual da empresa, comportando a construção de novas infraestruturas
418 equivalentes às existentes e respetiva ampliação, incluindo as unidades de
419 frio/calor, o que importaria num investimento superior a 2.000.000,00 €, acrescido do
420 custo de aquisição de uma nova propriedade, já que a empresa não possui área
421 suficiente em zona urbanizável para acolher as infraestruturas necessárias. Tal
422 situação comprometeria a sustentabilidade da empresa no médio/longo prazo. Por
423 outro lado, a localização atual encontra-se fora do centro habitacional, evitando
424 assim transtornos na via pública, tais como complicações de trânsito e dispersão de
425 lixos (pela circulação acrescida de tratores agrícolas e outros veículos), ou a
426 disseminação de fumos provenientes da queima de sobrantes de produção,
427 acautelando ainda a segurança do núcleo habitacional. Ainda a deslocalização das
428 atividades industriais implicaria ainda um aumento da distância percorrida pelos
429 colaboradores da empresa, que na sua maioria são residentes na Freguesia do Pó,

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

430 bem como um aumento dos custos associados ao transporte de todos os materiais
431 provenientes do campo, já que toda a exploração agrícola se situa num raio de 2 Km
432 da sede da empresa. A sua desativação, por seu lado, levaria ao prejuízo social de
433 perda dos postos de trabalho diretos e indiretos existentes. **PEDIDO DE**
434 **REGULARIZAÇÃO** - De modo a dar continuidade à sustentabilidade da atividade, a
435 empresa Viveiros Vitioeste de Horto Poense, Sociedade Agrícola SA., pretendem
436 regularizar construções existentes, bem como uma eventual ampliação. É solicitado
437 o enquadramento no Decreto-Lei 165/2014 de 5 de Novembro, para o qual, na parte
438 respeitante à desconformidade de localização com os instrumentos de gestão
439 territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de
440 utilidade pública, é elemento instrutório procedimental essencial, a deliberação
441 fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal na regularização
442 do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta
443 da câmara municipal. Assim para o fim previsto na alínea a) do artigo 5.º do Decreto
444 Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, foi deliberado por unanimidade e em minuta
445 com os fundamentos propostos constantes no processo, reconhecer o interesse
446 público municipal na regularização do estabelecimento com as ampliações das
447 instalações. -----

448 -----**PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL AO**
449 **ABRIGO DO DECRETO-LEI 165/2014, DE 05/11 – PRORROGADO PELA LEI N.º**
450 **21/2016 DE 19/07 – PRODUVITIS, UNIPESSOAL, LDA: O DECRETO-LEI**
451 **n.º165/2014, de 05-11, e Lei nº 21/2016 de 3 19/07, alterado pela Lei nº21/2016 de**
452 **19/07, vem estabelecer um regime extraordinário de regularização de**
453 **estabelecimentos e explorações que dispendo de título válido de exploração ou de**
454 **exercício, estejam impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação,**
455 **também por força de condicionantes atinentes ao ordenamento do território**
456 **supervenientes à sua instalação. À data da entrada em vigor do presente**
457 **DECRETO-LEI não disponham de título válido de instalação ou de título de**
458 **exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade**
459 **com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com**
460 **servidões administrativas e restrições de utilidade pública. As alíneas a) a d) do n.º 3**
461 **do art.º 1.º do D.L nº165/2017 de 05/11, e o artigo 3º da Lei nº 21/2016 de 19/07,**
462 **estabelecem as atividades económicas a que este diploma se aplica. Estabelece**
463 **ainda, que o pedido de regularização das atividades económicas é instruído de entre**
464 **outros, com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público**
465 **municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitido pela**
466 **assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. O pedido apresentado por**
467 **Produvitis, Unipessoal, Lda., contribuinte n.º 513 451 633, com sede em Rua José**
468 **Maria do Rosário Guilherme, n.º 9, lugar e freguesia do Pó, concelho de Bombarral,**
469 **contribuinte nº513451633, endereço de email: delmanascimento@live.com.pt. A**
470 **ATIVIDADE EXERCIDA – A empresa em causa detentora do CAE01300 (cultura de**
471 **materiais de propagação vegetariana) dedica-se ao viveirismo vitícola, sobretudo à**
472 **produção de bacelos enxertados. A data de início de atividade formal da empresa**

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

473 Produvitis, Unipessoal, Lda., é de Março de 2015, como sociedade com o objeto de
474 produção, importação, exportação e comercialização de produtos agrícolas e
475 matérias de propagação vegetativa. No ano de produção 2015/2016 cerca de 50-
476 55% da produção foi exportada para Espanha. O mercado, tanto nacional como
477 internacional é um mercado em renovação constante, com o mercado vitivinícola em
478 crescimento contínuo. Como referido, o requerente dedica-se ao viveirismo vitícola,
479 cultivando para tal cerca de 11ha de vinha mãe e de porta-enxertos. No ano de
480 produção 2015/2016 cerca de 50-55% da produção foi exportada para Espanha. O
481 mercado, tanto nacional como internacional é um mercado em renovação constante,
482 com o mercado vitivinícola em crescimento contínuo. O sócio gerente, Delmar
483 Agostinho de Nascimento já exerce esta atividade desde 1999, iniciando-se como
484 negócio familiar, no seguimento de vários trabalhos na área de agricultura. O
485 requerente é comodatário no concelho do Bombarral das seguintes propriedades
486 contíguas,-artigo 61, secção E, freguesia Pó, concelho Bombarral, descrição da
487 conservatória do registo predial do Bombarral sob o n.º 66, com 1200m²;- artigo 62,
488 secção E, freguesia Pó, concelho Bombarral, descrição da conservatória do registo
489 predial do Bombarral sob o n.º 571, com 1880m²;-artigo 63, secção E, freguesia Pó,
490 concelho Bombarral, descrição da conservatória do registo predial do Bombarral sob
491 o n.º 170, com 1680m²;-artigo 64, secção E, freguesia Pó, concelho Bombarral,
492 descrição da conservatória do registo predial do Bombarral sob o n.º 1401, com
493 1200m². Neste conjunto de prédios, com um total de 5960.00m², foi iniciada a
494 atividade agrícola, primeiro com viveiros hortícolas e estufas, foram sendo
495 edificadas armazéns de apoio à atividade exercida, sendo que nem a empresa, nem
496 o seu gerente são proprietários de outros terrenos com possibilidade de
497 licenciamento de armazéns desta natureza. A faturação associada à atividade
498 industrial, 2013 – 134710.46€; 2014 – 193860.40€; 2015 – 157462.60€; 2016 –
499 519778.64€. **CAPACIDADE NOMINAL** - Atualmente as explorações agrícolas
500 contabilizam 12 postos de trabalho efetivos. Os prédios com a área de 5960m²,
501 localizam-se fora do núcleo urbano, integrando a exploração agrícola inicial. No
502 Plano Diretor Municipal do Bombarral o local das construções encontra-se
503 classificado como área agroflorestal – espaços agrícolas. A própria localização junto
504 às áreas plantadas contribui para a manutenção de redução de custos de produção
505 da matéria prima, permitindo ainda conservar a componente social de trabalhadores
506 com posto de trabalho perto de casa, minimizando custos e tempo de deslocação. A
507 deslocalização da exploração leva a elevados custos que não são calculáveis
508 devido aos diversos associados que tem na manutenção do efetivo de produção, em
509 concordância com os compromissos assumidos com os diversos clientes. Por outro
510 lado, a perspetiva da adaptação e modernização do interior das instalações e
511 equipamentos está alinhada com uma melhor rentabilização da exploração agrícola
512 existente. A impossibilidade de localização desta estrutura noutra local depreende-
513 se com os constrangimentos financeiros e económicos que a empresa atravessa,
514 sendo alinhada com uma melhor rentabilização da exploração agrícola existente
515 foram realizados investimentos na modernização da maquinaria, tornando

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

516 insuportável a realização de novos investimentos com a construção de novas
517 edificações. Neste momento o valor de reconstrução das edificações será superior a
518 700.000euros, sendo que a dificuldade de encontrar uma propriedade que reúna as
519 condições de construção necessárias, dentro de um limite geográfico das
520 explorações é muita. **PEDIDO REGULARIZAÇÃO** - As construções a regularizar
521 encontram-se afetadas à exploração agrícola, com áreas sociais e administrativas,
522 áreas de arrecadação de material e alfaias. É solicitado o enquadramento Decreto-
523 Lei 165/2014 de 5 de Novembro, estabelece um regime extraordinário de
524 regularização de estabelecimentos de e explorações existentes, para o qual, na
525 parte respeitante à desconformidade de localização com os instrumentos de gestão
526 territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de
527 utilidade pública, é elemento instrutório procedimental essencial, a deliberação
528 fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal na regularização
529 do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta
530 da câmara municipal. Assim, para o fim previsto na alínea a) do artigo 5.º do
531 Decreto Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, foi deliberado por unanimidade e em
532 minuta com os fundamentos propostos constantes no processo, reconhecer o
533 interesse público municipal na regularização do estabelecimento e remeter o
534 processo à Assembleia Municipal. -----

535 -----**PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL AO**
536 **ABRIGO DO DECRETO-LEI 165/2014, DE 05/11 – PRORROGADO PELA LEI N.º**
537 **21/2016 DE 19/07 – BERRIES LIFE, LDA:** O DECRETO-LEI n.º165/2014, de 05-11,
538 e Lei nº 21/2016 de 19/07, alterado pela Lei nº21/2016 de 19/07, vem estabelecer
539 um regime extraordinário de regularização de estabelecimentos e explorações que
540 dispo de título válido de exploração ou de exercício, estejam impossibilitados de
541 proceder à sua alteração ou ampliação, também por força de condicionantes
542 atinentes ao ordenamento do território supervenientes à sua instalação. À data da
543 entrada em vigor do presente DECRETO-LEI não disponham de título válido de
544 instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as
545 situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos
546 dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.
547 As alíneas a) a d) do n.º 3 do art.º 1.º do D.L nº165/2017 de 05/11, e o artigo 3º da
548 Lei nº 21/2016 de 19/07, estabelecem as atividades económicas a que este diploma
549 se aplica. Estabelece ainda, que o pedido de regularização das atividades
550 económicas é instruído de entre outros, com deliberação fundamentada de
551 reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento
552 ou instalação, emitido pela assembleia municipal, sob proposta da câmara
553 municipal. O pedido é apresentado em nome de Berries Life, Lda., contribuinte n.º
554 513720626, com sede em Rua Fonte d'Além, n.º 8, 1ªA, Barrocalvo, freguesia de
555 Carvalhal, concelho de Bombarral, endereço de email: berries.life@gmail.com,
556 sendo o seu representante legal Álvaro António Rodrigues Ferreira, NIF185881750,
557 cartão de cidadão nº07833842. **ATIVIDADE EXERCIDA** – A empresa em causa é
558 detentora do CAE01252-R3 (cultura de outros frutos em árvores e arbustos), dedica-

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

559 se à exploração e produção de frutas e bagas, começando como exploração familiar
560 na propriedade onde residem, tem vindo a aumentar a produção da fruta,
561 especializando-se na produção e comercialização de frutos silvestres: mirtilos,
562 groselhas e framboesas. A atividade iniciou-se em 2015, sendo realizada pela sócia
563 Maria Luísa Miguel Filipe desde 2008, tendo surgido a empresa como expressão
564 normal de uma atividade em crescimento, apostada na internacionalização. A
565 requerente detém um contrato de comodato para o prédio rústico, denominado
566 *Cerrado*, sito na freguesia de Carvalhal, concelho do Bombarral, inscrito na
567 respetiva matriz sob o artigo n.º 38, secção L, com a área de 4800m² e contratos de
568 cessão de exploração de outras propriedades no concelho do Bombarral, num total
569 de 1.5ha de plantação de framboesa e 1.9ha de plantação de mirtilo. Nos prédios
570 descritos na conservatória sob o n.º de registo 670 freguesia do Carvalhal, concelho
571 do Bombarral, artigo n.º 38, secção L e 1294 da mesma freguesia, artigo urbano
572 3456, com uma área de 880m², encontram-se instalado vários edifícios que
573 integram a exploração agrícola, incluindo a habitação própria da família e armazéns
574 de apoio à atividade agrícola exercida. Estas construções encontram-se licenciadas
575 sob o n.º de processo 69/98, com o alvará de licença n.º 66/2001, para habitação e
576 garagem. O anexo ao alvará refere duas habitações, no rés-de-chão com T2 e a
577 área de 162.00m² e no primeiro piso com T3 com 184.30m². As construções a
578 regularizar encontram-se afetas à exploração agrícola e dividem-se em dois
579 núcleos: um núcleo com área administrativa, instalações sanitárias, área de recolha
580 de fruta, com área de câmaras de frio (atmosfera controlada), área de embalamento
581 e arrumos -um núcleo para arrecadação de material e alfaias agrícolas. O prédio sito
582 na rua fonte d'além, em Barrocalvo, com a área de 5680m². Encontra-se
583 classificado pelo Plano diretor Municipal como Espaço Urbano de nível 2 e Espaço
584 Agroflorestal, as construções a regularizar implantam-se em ambas as classes de
585 espaço. Faturação associada à atividade nos últimos anos: em 2015, em nome de
586 Maria Luísa Miguel Filipe foi de 129633.43€, em 2016 em nome de Berries Life,
587 Lda., 69400.54€, faturação em 2016 a Berries Life, Lda., 518734.97€.

588 **CAPACIDADE NOMINAL** - Atualmente as explorações agrícolas contabilizam
589 catorze postos de trabalho efetivos. A deslocalização da exploração leva a elevados
590 custos que não são calculáveis devido aos diversos associados que tem na
591 manutenção do efetivo de produção, em concordância com os compromissos
592 assumidos com os diversos clientes. Por outro lado, a perspetiva da adaptação e
593 modernização do interior das instalações e equipamentos está alinhada com uma
594 melhor rentabilização da exploração agrícola existente. A impossibilidade de
595 localização desta estrutura noutra local depreende - se com os constrangimentos
596 financeiros e económicos que a empresa atravessa, sendo alinhada com uma
597 melhor rentabilização da exploração agrícola existente foram realizados
598 investimentos na modernização da maquinaria, tornando insuportável a realização
599 de novos investimentos com a construção de novas edificações. **PEDIDO DE**
600 **REGULARIZAÇÃO** - A instalação dos armazéns nesta localização, deveu-se ao
601 facto de a atividade ter surgido como exploração familiar, realizada junto á habitação

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

602 familiar. Contudo, com o crescimento da exploração frutícola, a necessidade de
603 mais espaço, aliando à necessidade de centralizar a atividade agrícola, levou à
604 construção dos armazéns a regularizar. Estes foram construídos de forma a dar
605 resposta à produção atual. Entende-se que esta proposta irá beneficiar não apenas
606 o requerente podendo constituir-se como Pólo de desenvolvimento da área de
607 influência – com a manutenção dos postos de trabalho existente e criação de novos
608 lugares. É solicitado o enquadramento no Decreto-Lei 165/2014 de 5 de Novembro,
609 que estabelece um regime extraordinário de regularização de estabelecimentos de e
610 explorações existentes, para o qual, na parte respeitante à desconformidade de
611 localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares,
612 servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, é elemento instrutório
613 procedimental essencial, a deliberação fundamentada de reconhecimento de
614 interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação,
615 emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. Assim, para
616 o fim previsto na alínea a) do art.º 5.º do Decreto Lei n.º 165/2014, de 5 de
617 novembro, foi deliberado por unanimidade e em minuta reconhecer o interesse
618 público municipal na regularização dos estabelecimentos.-----

619 -----**PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA A CONCESSÃO DE**
620 **INCENTIVOS PELO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DE BOMBEIRO VOLUNTÁRIO**
621 **DE BOMBARRAL:** Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar o
622 regulamento em epígrafe.-----

623 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) disse que a proposta inicial foi dos
624 vereadores do PS que foram quem promoveu este regulamento discutido
625 previamente com a Associação humanitária dos Bombeiros Voluntários do
626 Bombarral mas que não passou na Câmara Municipal e então surgiu uma proposta
627 de consenso e ainda bem porque o que querem é que o Bombarral tenha um
628 regulamento destes.-----

629 -----O senhor Joaquim Marcos Henriques (PSD) disse que todas as propostas
630 têm um sentido útil e a humildade do executivo é aceitá-las, provando que as
631 conversas na Câmara Municipal não são assim tão fúteis.-----

632 -----**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL:** Foi deliberado
633 por unanimidade e em minuta aprovar a proposta de alteração ao mapa de pessoal.

634 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) lembrou que já anteriormente tinham
635 dito que o pessoal no centro escolar não era suficiente e este lugar continua ser
636 insuficiente pelo que era melhor fazer um levantamento exaustivo das
637 necessidades.-----

638 -----**PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DOS JÚRIS PARA RECRUTAMENTO**
639 **DE CARGOS DIRIGENTES:** Foi presente a seguinte proposta da Câmara
640 Municipal: “Considerando a alteração da estrutura orgânica dos serviços municipais
641 e respetivo regulamento e organograma aprovados pela Câmara Municipal a
642 28//10/2016, de acordo com os limites autorizados pela Assembleia Municipal a
643 24/11/2016; Considerando que importa iniciar os procedimentos concursais que
644 permitam o provimento dos cargos dirigentes ainda não providos; Considerando

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

645 que, de acordo com o preceituado no nº1 do artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de
646 agosto, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal,
647 designar o júri do recrutamento dos cargos dirigentes para os serviços do Município;
648 Nos termos e para os efeitos do regime consagrado no citado artigo 13º da Lei nº
649 49/2012, a Câmara Municipal do Bombarral deliberou submeter à aprovação da
650 Assembleia Municipal a composição dos júris para recrutamento dos seguintes
651 cargos dirigentes: **CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS E PLANEAMENTO**
652 **URBANÍSTICO - PRESIDENTE: André Luís Valadão Coelho Rocha de Macedo –**
653 **Primeiro Secretário Executivo – Comunidade Intermunicipal do Oeste; - VOGAIS:**
654 **João Francisco Lopes da Silva Teixeira Alves –** Chefe da Divisão do
655 Ordenamento do Território – Câmara Municipal do Cadaval; **Paulo António Pardal**
656 **Dias Jorge –** Chefe da Divisão do Potencial Humano e Administração Geral –
657 Câmara Municipal do Bombarral. **CHEFE DA UNIDADE ORGÂNICA DE**
658 **AMBIENTE, ÁGUAS E SANEAMENTO – 3º GRAU - PRESIDENTE: André Luís**
659 **Valadão Coelho Rocha de Macedo –** Primeiro Secretário Executivo – Comunidade
660 Intermunicipal do Oeste; - **VOGAIS: Luís Filipe Parreira da Silva Neves –** Chefe de
661 Divisão dos Serviços Urbanos – Câmara Municipal do Cadaval; **João Filipe Batista**
662 **Cordeiro –** Chefe da Unidade Orgânica de Gestão Financeira – Câmara Municipal
663 do Bombarral.” -----
664 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a proposta supra
665 transcrita. -----
666 -----**PROPOSTA DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIAANUAL –**
667 **CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA:** Foi deliberado por
668 unanimidade e em minuta aprovar a autorização de compromisso plurianual para
669 contrato de gestão de eficiência energética. -----
670 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) questionou quais os parâmetros de
671 poupança em termos de eficiência energética. -----
672 -----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) disse saber se este valor
673 corresponde à substituição de toda a iluminação pública do concelho ou só de parte.
674 -----O senhor Presidente da Câmara disse que a previsão rondará os 60% o
675 que dependerá dos sistemas que o concelho for buscar. O projecto abrange os
676 centros históricos e os centros de maior movimento. -----
677 -----O senhor José Rocha (PS) lembrou que ainda há alguns meses veio um
678 contrato com a EDP e agora vem esta situação que vai ter custos. Perguntou se em
679 12 anos a EDP não mudaria as luminárias do concelho, que tipo de contrato é este,
680 se tem objectivos e quantas propostas havia. -----
681 -----O senhor Presidente da Câmara informou que este processo tem
682 adjacente um contrato.-----
683 -----O senhor Rui Cunha (CDS) pediu que lhes seja enviado o contrato e
684 caderno de encargos deste processo. -----
685 -----O senhor Luis Campos (PSD) disse que este investimento vai ter
686 financiamento e lembrou que este assunto já foi discutido três vezes em assembleia
687 intermunicipal.-----

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

688 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) disse que aquilo que constata é que
689 mais uma vez o senhor Presidente da Câmara assina de cruz.-----
690 -----Por proposta da bancada do PSD foi deliberado por unanimidade inverter
691 a ordem dos pontos 10 e 11 da ordem do dia.-----
692 -----**APROVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE**
693 **COMPROMISSO PLURIANUAL – CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE RECOLHA**
694 **OFICIAL:** Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a autorização de
695 compromisso plurianual para construção de centro de recolha oficial. -----
696 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) considerou que se vai fazer uma coisa
697 que a CDU exige há muito tempo devido às condições infelizes de que a Amigo Fiel
698 dispõe no actual canil. Há que dar os parabéns ao executivo porque isto faz falta.---
699 -----O senhor Joaquim Marcos Henriques (PSD) congratulou-se com o
700 desfecho deste processo apesar de quem ir habitar a obra não ser eleitor. -----
701 -----**INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E**
702 **SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA:** -----
703 -----O senhor José Victor Silva (PS) disse que “Estamos a chegar ao final de
704 mais um mandato. É uma boa altura de avaliarmos a situação da autarquia e a
705 situação do concelho. É verdade que a autarquia tem uma situação financeira
706 confortável, contudo com um nível de dívida bem abaixo do razoável. A câmara
707 municipal não pode estar constantemente a fazer uma propaganda a favor de uma
708 quase constante redução da dívida quando ela é provocada pela falta de
709 investimento público no município. Estamos reféns de um município que, na prática,
710 nos afasta do desenvolvimento, com um parque industrial sem investidores,
711 inexistência de um mercado de arrendamento, pouca atração de novos residentes e
712 empresas, comércio local em degradação. O município não deve entrar numa luta
713 obsessiva de redução a zero da dívida municipal, fazendo uma mera gestão de
714 caixa. Como é notório nas contas apresentadas, os encargos estruturais do
715 município mantiveram-se e os fundos libertos foram ao longo destes últimos oito
716 anos canalizados para o pagamento da dívida. O atual presidente da câmara, à falta
717 de iniciativa estratégica na promoção de novos investimentos, foi capturado por uma
718 única bandeira pública de redução obsessiva do passivo. Claro que concordamos
719 que o município deverá ter contas financeiras saudáveis. Contudo, concelhos como
720 o nosso, sofríveis na arrecadação de receita corrente, tem e deve recorrer ao
721 financiamento, de forma a que possa aproveitar os fundos comunitários para a
722 concretização de projetos estratégicos. Poderemos dar o exemplo da câmara da
723 Nazaré que após uma desastrosa gestão do PSD, o atual executivo encontrou uma
724 dívida de 45 milhões de euros, estando no momento em 34 milhões. Mas o volume
725 da dívida não foi impeditivo ao investimento autárquico, com um volume de 8
726 milhões de euros em cerca de quatro anos, mais do dobro da despesa em
727 investimento desta câmara em oito anos. Além do fraco investimento público, a
728 autarquia bombarralense foi incapaz, ao longo dos últimos anos, de atrair novas
729 unidades económicas que promovessem o emprego e consumo local. Já nem vale a
730 pena falar do Parque de Diversões, porque já nos envergonha a miríade de

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

731 promessas que o senhor Presidente nos transmitiu regularmente, mas de novas
732 unidades empresariais que pudessem promover o emprego e o crescimento. Ao
733 longo destes oitos anos, este executivo mais não fez do que terminar os projetos
734 que estavam em curso e aprovados pelos quadros comunitários. O único projeto
735 que conhecemos em que houve realmente um total empenho de V.exa., iniciado e
736 terminado no seu mandato, foi o da imagem de Nossa Senhora no Largo da Igreja
737 no Bombarral. Talvez num gesto de penitência. O quadro 2020 está quase a
738 terminar e a CMB ainda não apresentou a esta assembleia quais os projetos
739 estratégicos autónomos a que pretende concorrer. Aqueles que conhecemos são os
740 que vão a reboque do chamado intermunicipalismo da Oestecim e as promessas
741 vagas que vão passando de assembleia para assembleia. O Plano Estratégico para
742 o nosso concelho aponta como visão que em 2020, Bombarral deverá afirmar-se
743 como um território rural de múltiplas oportunidades através da valorização dos seus
744 recursos endógenos, da sua identidade e da aposta em dinâmicas socioeconómicas
745 e empresariais inovadoras capazes de fixar população e atrair investimento. Para
746 tal, refere sete programas de intervenção que escusamos de enumerar, mas que
747 podemos dizer que nenhum foi projetado e implementado, apesar de nos
748 cronogramas projetados apontarem para 2016 e 2017. 1. - Empreendedorismo e
749 criação de emprego - A nossa área de comércio e serviços continua deserta. O
750 Parque de Diversões é uma miragem. O número de estabelecimentos comerciais
751 encerrados espelha o fraco poder de compra do nosso concelho. E apesar destes
752 sinais de depauperação do tecido económico, não foram criados instrumentos de
753 revitalização da economia concelhia. Não foi criado o Gabinete de Apoio ao
754 Desenvolvimento Económico e Social; não se criaram programas de atração e
755 captação de investimento com uma política de incentivos fiscais; não se promoveu o
756 empreendedorismo jovem. O nosso concelho, segundo dados do INE, é da Região
757 Oeste aquele onde a população ativa mais decresceu, sinal que os empregos
758 criados foram bem menos que os empregos destruídos. 2. Inclusão e coesão social
759 Num dos concelhos mais deprimido, idoso e pobre da região Oeste, exigia-se do
760 executivo medidas, por um lado para atrair população jovem para o concelho,
761 estimulando-se a criação de emprego, e por outro para a população sénior dever-se-
762 ia ter implementado o Programa Idade Mais, além de um Programa de Intervenção
763 Social e emprego; 3. Requalificação e intervenção urbana Numa vila em que grande
764 parte do património urbano está totalmente degradado, não foram tomadas medidas
765 de requalificação e regeneração urbana, assim como as penalizações fiscais
766 aprovadas nesta assembleia nunca foram aplicadas; Não foram tomadas iniciativas
767 para estímulo ao arrendamento jovem, de forma a fixá-los no concelho e/ou âncora
768 de atração de outros concelhos. 4. Promoção e Turismo Num concelho que deveria
769 apostar no turismo como âncora de desenvolvimento económico, já deveria estar
770 realizado um estudo sobre a oferta e procura turística do concelho do Bombarral de
771 forma estruturar-se a oferta turística do concelho do Bombarral. Não se apostou
772 na valorização do potencial turístico e natural da Serra da Columbeira, Mata
773 Municipal e Carvalhal; não se promoveu e desenvolvimento do património natural e

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

774 cultural do Vale do Roto; não se iniciou o projeto de criação do centro de
775 interpretação da Batalha da Roliça; assim como a articulação entre o setor turístico
776 e o setor vitivinícola para promoção do enoturismo. Como se vê, estes são entre
777 muitos projetos de pensamento estratégico que deveríamos ter apostado e
778 aproveitado os fundos do quadro comunitário do Portugal 2020, nomeadamente o
779 POISE e o QREN. Contudo, infelizmente, V. Exa., além de ter desperdiçado no
780 início das suas funções cerca de 5 milhões de euros disponíveis para o concelho
781 através da Oestecim, está a desbaratar o presente quadro comunitário 2020,
782 tornando, assim, o concelho mais pobre, mais envelhecido e sem quaisquer
783 perspectivas para que os nossos filhos possam ter como opção o Bombarral. Pena
784 que assim seja!” -----

785 -----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia considerou que esta
786 intervenção não tem enquadramento neste ponto da ordem do dia, tendo optado por
787 deixá-la efectuar apenas como exemplo de tolerância democrática. -----

788 -----O senhor Joaquim Marcos Henriques (PSD) disse ter ficado preocupado
789 porque não estava a ver onde se enquadrava neste ponto o emprego jovem.
790 Repetiu o que disse na anterior sessão da Assembleia Municipal: “disse ter ficado
791 com alguma curiosidade porque nas anteriores sessões os elementos do PS
792 criticaram o que não se faz ou o que se vai fazer, pelo que previa que o senhor José
793 Victor Silva ia trazer algumas propostas para engrandecer o concelho, mas
794 infelizmente já está habituado a muita parra e pouca uva.” -----

795 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) disse que o balanço que a CDU faz é
796 que por vezes a Assembleia Municipal é usada como pedra de arremesso o que em
797 nada engrandece este órgão e estas últimas intervenções são o espelho disso.
798 Somos todos bombarralenses e o que aconteceu agora não deve acontecer. -----

799 -----O senhor Joaquim Marcos Henriques (PSD) considerou que o senhor
800 Samuel Carvalho não deve ter percebido bem. Uma coisa é ter divergências nas
801 ideias, outra são questões pessoais. Nunca denegriu a imagem de ninguém mas
802 sim contrapôs ideias. -----

803 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) lembrou que já houve neste mandato
804 acusações pessoais e hoje criou-se uma discussão sem nexos e foi isso que referiu.

805 -----O senhor Presidente da Câmara considerou que o discurso do senhor
806 José Victor Silva é em tudo igual aqueles com que o PS brindou os senhores
807 Albuquerque Álvaro e Luis Duarte em mandatos anteriores. O Bombarral fez o
808 controlo da dívida, redução de impostos, dinamizou uma associação empresarial
809 local, potencializaram a agricultura do concelho, a instalação de um laboratório de
810 investigação agrícola, baixaram os impostos, diligenciaram a criação de um
811 ecocentro, melhoraram as redes públicas de abastecimento de água e de
812 iluminação pública, intervieram na área social e na educação, vão lançar os
813 projectos “aluno ao centro” de combate ao abandono escolar, o Oeste a Led, a Loja
814 do Cidadão, a requalificação do mercado Municipal, ciclovias e tudo com verbas
815 cativas. --- -----

816

ATA N.º 04/2017 – Reunião de 14 de Setembro de 2017

817 -----Nada mais havendo a tratar, pelas 00:10 horas foi a sessão encerrada e
818 lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pela
819 Presidente da Mesa e pelos dois Secretários. -----

820

821 O Presidente:

822

823 O 1.º Secretário:

824

825 O 2.º Secretário:

826